

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

A PROMOÇÃO DO CONVÍVIO COMUNITÁRIO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL¹

Jéssica Hoffmann Didoné², Suélem Lopes Silva³, Samara Silva Dos Santos⁴.

¹ Projeto de pesquisa em andamento do curso de Psicologia da UFSM

² Aluna do curso de Psicologia na Universidade Federal de Santa Maria

³ Aluna de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal de Santa Maria

⁴ Professora Adjunta do Departamento de Psicologia na Universidade Federal de Santa Maria

INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e Adolescente, promulgado em 1990, entende o acolhimento institucional como medida de proteção quando forem esgotados todos os meios necessários para manter a criança e o adolescente sob os cuidados da família nuclear ou extensa. Desse modo, segundo o documento que expressa as orientações técnicas dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (BRASIL, 2009), os serviços de acolhimento institucional devem funcionar sob os princípios de excepcionalidade e provisoriedade do afastamento do convívio familiar, além de garantir a preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, assim como a garantia de respeito à autonomia das crianças e adolescentes que encontram-se em medida de proteção.

Com foco no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários das crianças e adolescentes acolhidos, entende-se que seja necessária a preservação e o fortalecimento da convivência comunitária, uma vez que estar em medida protetiva não significa privação de liberdade. Para isso, propõe-se que haja a possibilidade de manter a criança ou adolescente na escola de origem e em outras atividades anteriormente frequentadas por eles, como esportes e religião (BRASIL, 2009).

Desse modo, a preservação e criação de vínculos comunitários é um ponto importante a ser considerado, visto que as crianças e adolescentes acolhidos são indivíduos biopsicossociais que influenciam e são influenciados pelos contextos aos quais estão inseridos, por base da perspectiva da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner. O autor, propõem três dimensões para compreender o desenvolvimento humano, a saber: processo, pessoa, contexto e tempo. O contexto refere-se aos níveis de sistemas entrelaçados, que envolvem desde relações imediatas até as mais remotas e indiretas, sendo eles o microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema (BRONFENBRENNER, 2011).

Sendo assim, os microssistemas são os ambientes imediatos, no qual as crianças e adolescentes experenciam um padrão de papéis, relações interpessoais e atividades, os quais vão se tornando mais complexos progressivamente. Essa interação imediata é denominada de processo proximal quando ocorre regularmente em períodos estendidos de tempo, sendo que o indivíduo se desenvolve moral, intelectual, social e emocionalmente por meio desta (BRONFENBRENNER, 2011).

Desse modo, considerando essencial a rede de relações interpessoais saudáveis desenvolvidas nos microssistemas, o presente trabalho tem o objetivo de compreender a percepção dos educadores sociais sobre a preservação e a inserção das crianças e adolescentes acolhidos no contexto comunitário.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

METODOLOGIA

Este estudo surge a partir de um projeto de pesquisa que se encontra em andamento, intitulado “Educadores Sociais e o Acolhimento de Crianças e Adolescentes”, no qual estão sendo realizadas entrevistas com os educadores sociais de instituições de acolhimento para crianças e adolescentes do interior do Rio Grande do Sul. Este projeto caracteriza-se como um estudo de caráter descritivo-exploratório, de abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos em estudo a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos nele, considerando assim os pontos de vista relevantes (Godoy, 1995). Para esse trabalho foram utilizadas entrevistas semiestruturadas realizadas com sete educadores sociais. As informações obtidas nas entrevistas foram submetidas a uma análise de conteúdo (Bardin, 2004). As entrevistas foram gravadas com a autorização dos participantes e transcritas na íntegra, respeitando o sigilo dos participantes. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria sob registro CAAC: 45151815.4.1001.5346.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das entrevistas realizadas pode-se perceber que a maioria dos educadores sociais entrevistados compreendem que a inserção das crianças e dos adolescentes acolhidos em projetos funciona como fator protetivo, “[...]acho que eles deveriam fazer mais alguma coisa pra eles não terem tempo livre pra estarem pensando bobagem, essas coisas entendeu, ah por exemplo assim, eles não tem aula nem nada, aí eles ficam em casa, acho que deveria ter alguma oficina alguma coisa pra eles, no final de semana.”E1. Os fatores de proteção são entendidos como processos que alteram a trajetória do indivíduo, funcionando como um fortalecimento para o enfrentamento dos fatores de risco, que por sua vez aumentam a probabilidade da ocorrência de eventos negativos (POLETTTO; KOLLER, 2008).

Além da inserção das crianças e adolescentes em projetos, entende-se que a interação desses na comunidade também é vista como benéfica, apesar de ter sido relatada como um processo que ocorreu de forma gradual, “[...] Ahh a vizinhança agora eles aceitam né, primeiro impacto foi horrível, a comunidade não queria mesmo, como eu moro na própria comunidade, eu moro na outra rua, eu fui trabalhando com a própria comunidade, com os vizinhos, agora tá tudo assim, Graças a Deus [...] Inclusive os próprios filhos das pessoas da comunidade, conseguem interagir na brincadeira com eles, eles vem convidam eles pra andar de bicicleta jogar bola, e nós educadores vamos pra fora com eles, que é um beco sem saída a rua né, então eles ficam interagindo né, as próprias crianças nossas interagem com as da comunidade.”E2.

Nesse contexto, a comunidade pode ser entendida como microssistema, visto que há um relacionamento face a face das crianças e adolescentes acolhidos com os membros da vizinhança. Segundo Poletto e Koller (2008), esse microssistema pode ser considerado como uma rede de apoio social e afetiva, caso ocorra por períodos estendidos de tempo, gerando aspectos protetivos, indo ao encontro da necessidade vista pelo educador social E2 da criação de espaços para que as crianças e adolescentes acolhidos tenham interação com pares da vizinhança. Essa relação também é prevista pelo documento de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), que propõe que as crianças e adolescentes tenham oportunidade de criar laços afetivos significativos com a comunidade por meio de um convívio diário.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

Relacionado a isso, considera-se o suporte material, informativo e afetivo que as redes podem oferecer ao indivíduo como cuidado comunitário. Quando a criança e o adolescentes são inseridos em uma instituição de acolhimento tendem a sofrer uma ruptura nos seus vínculos comunitários, além das relações familiares. Dessa forma, esse cuidado em comunidade, que acontece por meio de intervenções em rede, traria benefícios relacionados a motivação, autoestima e senso de pertencimento (SANICOLA, 2015).

A escassa oferta de atividades que visem ao desenvolvimento das potencialidades das crianças e adolescentes acolhidos também foi citada, “[...] eu vejo ali um potencial esportivo deles... um absurdo! Dão um mortal assim, brincando. Uma capoeira ou uma outra coisa, uma ginástica, sabe? E isso falta, sabe?” E3. Ao assumir novos papéis sociais e atividades em microssistemas que fortaleçam suas aptidões e características individuais, as crianças e adolescentes acolhidos seguem o caminho gradativo para a autonomia. Também entende-se que o acolhimento institucional, sendo uma medida de caráter provisório, deve promover essa preparação e incentivo para autonomia e fornecer os recursos necessários para uma futura emancipação. O movimento em direção a autonomia também é explicado por Sanicola (2015) como um resultado da intervenção em rede, visto que a partir do sentimento de pertencimento e compartilhamento de experiências que o indivíduo desenvolve dimensão de liberdade e capacidade para assumir novas responsabilidades.

A transição das crianças e adolescentes acolhidos entre os microssistemas (acolhimento institucional, vizinhança, escola e projetos) tende a dar sentido para as suas experiências, visto que, desse modo, são consolidadas as relações e os papéis sociais vividos por elas, funcionando como fator protetivo e promovendo seu desenvolvimento. Assim, percebe-se que há a compreensão dos educadores sociais sobre a importância da inserção das crianças e adolescentes acolhidos em outros microssistemas, mas que ainda há dificuldades para um melhor manejo dessa inserção, assim como uma escassa oferta de atividades para o desenvolvimento das potencialidades dos acolhidos. Desse modo, entende-se que o acolhimento institucional ainda necessita de uma maior intervenção da rede socioassistencial, assim como um engajamento maior dos serviços de assistência para que essa interação entre crianças e adolescentes acolhidos com o contexto comunitário seja possível.

CONCLUSÃO

A partir das entrevistas realizadas na presente pesquisa pode-se concluir que os educadores sociais percebem a importância e os benefícios da preservação e inserção das crianças acolhidas no contexto comunitário. As entrevistas mostram que os educadores sociais usam de estratégias para a promoção do relacionamento com a comunidade, uma vez que relações com diferentes contextos sociais também irão promover a autonomia do público acolhido, que é um aspecto importante considerando o caráter provisório da medida de proteção.

Os participantes também ressaltam a importância da inserção em projetos sociassistenciais, visto que percebem que há possibilidades dessa inserção, mas que também há dificuldades para que ocorra de forma plena. Do mesmo modo, compreendem a necessidade de projetos para o desenvolvimento das potencialidades das crianças e adolescentes acolhidos, pois os educadores sociais entendem que as condições dos serviços oferecidos não são suficientes para que isso ocorra. Por fim, compreende-se que o desenvolvimento em vários microssistemas é necessário para a criação de vínculos significativos, que por sua vez estão sendo relacionados a fatores protetivos

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIV Seminário de Iniciação Científica

essenciais para o desenvolvimento moral, emocional, intelectual e social da criança e do adolescente, assim como da autonomia.

PALAVRAS-CHAVE

Acolhimento Institucional; Educadores Sociais; Convívio comunitário

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. 3. Ed. Lisboa, PO: Edições 70, 2004.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Conselho Nacional de Assistência Social-CONANDA. Brasília, 2009.

BRONFENBRENNER, U. Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos. São Paulo: Artemed, 2011.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. Revista de Administração v.35 n.3. P.1-10, 1995.

SANICOLA, L. Os cuidados comunitários e a intervenção em rede. In: PENSO, M. A.; COSTA, L. F. (Orgs.), Infância e adolescência abandonadas: acolhimento institucional no Distrito Federal. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p. 83-98

POLETTI, M; KOLLER, S. H. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. Estud. psicol. (Campinas), Campinas, v. 25, n. 3, p. 405-416, Sept. 2008.